



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

1. Identificação do Evento

Data de Início	Data de Término	Locais
04/07/2016	07/07/2016	Lisboa (Portugal) e Luanda (Angola) Processo 116.152/2016

2. Participante

Nome	Ramal	Email
Deputada Rosangela Gomes	55438	dep.rosangelagomes@camara.leg.br

3. Objetivo

Missão Oficial para participar de visitas técnicas à Assembleia da República de Portugal, na cidade de Lisboa, e à Assembleia Nacional da República de Angola, na cidade de Luanda, a fim de tratar de assuntos referentes à comunicação internacional e institucional no âmbito da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), período de 4 a 7 de julho de 2016

4. Relatório das atividades e dos temas tratados

A Deputada Rosangela Gomes (PRB/RJ), o Senhor Marcos Alberto Loureiro, Chefe de Gabinete da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da Câmara dos Deputados, e a Senhora Gisele Rodrigues, diretora do Departamento de Relações Públicas e Divulgação da Secretaria de Comunicação Social, foram designados pelo Presidente interino Waldir Maranhão para participar de visitas técnicas e parlamentares à Assembleia da República de Portugal e à Assembleia Nacional da República de Angola, a fim de tratar de assuntos referentes à comunicação internacional e institucional no âmbito da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), com vistas à definição e reflexão das estratégias de afirmação da AP-CPLP, tendo em vista a presidência brasileira tanto da Assembleia quanto da Rede de Mulheres.

Em Lisboa, nos dias 04 e 05 de julho, foram realizadas sete atividades diversas, dentre reuniões, visitas, audiências e apresentações, na Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na sede do Secretariado-Executivo da CPLP e na Assembleia da República de Portugal. Os principais temas tratados foram: os desafios da consolidação institucional da CPLP; a participação do Brasil na Comunidade; a atualização dos Estatutos da CPLP; a personalidade jurídica da AP-CPLP; a gestão portuguesa do sítio internet da AP-CPLP; a organização da representação feminina na Assembleia portuguesa; troca de experiências sobre a participação na AP-CPLP.

Em Luanda, nos dias 06 e 07 de julho, foram realizadas também sete atividades diversas, dentre reuniões, visitas, audiências, apresentações e missões de reconhecimento, na Assembleia Nacional de Angola, na Sede Permanente do Secretariado-Executivo da Assembleia Parlamentar da CPLP, no Memorial Dr. António Agostinho Neto, na Casa de

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Cultura Brasil-Angola. Os principais temas tratados foram: os desafios da consolidação institucional da AP-CPLP; a participação do Brasil na Comunidade; a atualização dos Estatutos da CPLP; a personalidade jurídica da AP-CPLP; a experiência angolana na Presidência da Rede de Mulheres Parlamentares; a organização da representação feminina na Assembleia angolana; troca de experiências sobre a participação na AP-CPLP.

O relatório pormenorizado das atividades encontra-se a seguir:

Dia 04 de julho, segunda-feira (Lisboa)

Às 11h00. Reunião com o Representante da Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão. Também participaram da reunião o Ministro Conselheiro Renato Soares Menezes, e o Segundo-Secretário Pedro Veloso.

Os temas das discussões encetadas nessa ocasião foram a situação do desenvolvimento político e institucional da CPLP, perspectivas da participação do novo país-membro, fortalecimento das relações entre os órgãos da CPLP, expectativas quanto ao estado atual da instalação do Secretariado-Permanente da AP-CPLP em Luanda, Angola, e possibilidade de participação na Missão de Observação Eleitoral em São Tomé e Príncipe por conta das eleições presidenciais, previstas para o próximo dia 17 de julho. o Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP.

O Representante brasileiro entende que deve haver harmonia entre os órgãos da CPLP, e que a revisão dos seus estatutos, proposta em 2012, procurava trazer a luz tal ideal. Manifestou expectativas acerca da realização da próxima reunião de Cúpula da CPLP, que deverá ter lugar em Brasília, provavelmente em novembro de 2016, haja vista a sua não realização em julho desse ano.

A Deputada Rosângela Gomes concordou com a importância do funcionamento harmônico entre os órgãos da CPLP, destacando que apesar de a Assembleia Parlamentar não funcionar exatamente como órgão legislativo, é por meio da convergência de ações parlamentares, da discussão de temas de interesse comum, que os parlamentares membros da AP podem interagir nos seus países de origem fortalecendo a instituição de uma maneira mais abrangente. Também destacou a importância da realização de obras, que as discussões são importantes, mas que apresentar resultados concretos para o bem-estar das populações dos países membros é crucial para o fortalecimento da instituição como organismo internacional.

Destacou ainda a importância do trabalho coordenado e cooperativo entre todas as instâncias da CPLP, como ferramenta de projeção internacional não apenas da organização enquanto instituição, mas também dos países que a compõem e do idioma português nos fóruns multilaterais e no cenário internacional de maneira geral.

Às 14h30, ocorreu a visita institucional às instalações da sede do Secretariado-Executivo da CPLP, no Palácio Conde de Penafiel. Nessa ocasião, realizou-se reunião com o Diretor de Cooperação do Secretariado, Sr. Manuel Lapão, para tratar de questões relativas ao empoderamento das mulheres e à promoção da igualdade de gênero no âmbito da CPLP. Além da delegação brasileira, participaram também a Sra. Sandra Pires, da Direção de Cooperação da CPLP, e o Sr. Miguel Levy, Assessor Político Diplomático.

O Sr. Manuel Lapão expôs os principais pontos da Declaração aprovada em Díli em 10 de maio de 2016, por ocasião da IV Reunião de Ministras da Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cujo

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

tema foi “Empoderamento Econômico da Mulher, Gênero e Globalização”.

A Declaração ressalta a importância do empreendedorismo feminino como fator de promoção da autonomia econômica das mulheres, salientando que seu empoderamento econômico é questão que deve constar nos programas, planos e ações dos governos dos Estados-Membros da CPLP. O estabelecimento de parceiras internacionais da CPLP com outras entidades também foi destacado como meio para alcance do empoderamento.

Outras medidas destacadas na Declaração foram a promoção e o apoio a candidaturas das mulheres dos Estados-membros da CPLP nos fóruns internacionais, multilaterais ou regionais; o aperfeiçoamento do quadro legal e das políticas dos Estados-membros de combate à discriminação contra as mulheres no trabalho; a criação de redes de mulheres empresárias da CPLP; e a aprovação de Resolução, por ocasião da Reunião de Chefes de Estado e de Governo, para proclamar 2018 o ano da CPLP de combate à violência contra as mulheres. Sobre esse assunto, a Deputada Rosangela Gomes comprometeu-se a tomar as providências necessárias junto à Câmara dos Deputados para que a proposta seja implementada no Brasil.

O Diretor de Cooperação do Secretariado apresentou ainda a Proposta do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade e Equidade de Gênero/CPLP 2016-2018. O Plano elenca áreas prioritárias de atuação e ações concretas para o alcance, no âmbito da CPLP, da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres em diferentes domínios.

Entre os eixos e objetivos do Plano, destacam-se a integração da dimensão da igualdade de gênero nas políticas, projetos e programas de cooperação desenvolvidos no âmbito da CPLP; o aperfeiçoamento dos quadros legais e dos mecanismos nacionais dos Estados-membros no sentido da promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres; o aumento da representação dos membros da CPLP em fóruns internacionais afins à igualdade de gênero; a promoção do empreendedorismo feminino e da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho; o aumento do grau de escolaridade das jovens; a prevenção e o combate à violência e ao tráfico de mulheres; a promoção da participação das mulheres na vida pública e política e a promoção de uma agenda no domínio da saúde, com ações como a redução da mortalidade materna e infantil, o acesso à educação sexual e ao planejamento familiar e o combate a práticas tradicionais como a mutilação genital feminina.

Às 16h00. Audiência com o Secretário-Executivo da CPLP, Embaixador Murade Isaac Miguig Murargy, seguida de visita às instalações da sede oficial da Comunidade, no Palácio Conde de Penafiel. Fomos apresentados ao Centro de Informação, à Biblioteca, à Sala de Conferência e ao Gabinete do Secretário-Executivo, locais que ensejaram a discussão e análise sobre aspectos da cooperação e intercâmbio entre os povos da CPLP.

Tanto o Secretário-Executivo quanto a Deputada Rosangela Gomes concordam sobre a importância de que se verifiquem formas de tornar as relações entre a CPLP e AP-CPLP mais fluidas, facilitando assim a consolidação de um espaço de expressão de idioma e raízes históricas como propulsores do desenvolvimento social, econômico e cultural sustentável e equânime entre seus países membros.

O Secretário-Executivo fez um breve balanço da sua atuação frente à instituição e sua expectativa acerca da próxima reunião de Cúpula da CPLP, a ter lugar em Brasília, na data provável de novembro próximo, ocasião em que transmitirá o cargo ao novo Secretário-Executivo.

A Deputada Rosangela Gomes fez um relato dos principais pontos tratados na VI AP-CPLP, destacando a questão da instalação do Secretariado-Permanente em Luanda. O Sr. Miguel Levy informou sobre estudos que foram realizados para tratar dos aspectos jurídicos

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

de tal instalação, comprometendo-se a enviá-los para apreciação da parlamentar. A Deputada mencionou que deverá levar tais informações à Presidência da AP-CPLP para que o assunto seja tratado por ocasião da reunião de Cúpula, com vistas a harmonizar estatutos e demais requisitos legais para conformação da personalidade jurídica da AP-CPLP, para os efeitos esperados.

Dia 05 de julho, terça-feira (Lisboa)

Às 10h00. Reunião sobre o *site* da AP- CPLP. Sra. Dalila Maulide, Chefe da Divisão de Relações Internacionais da Assembleia da República, Sr. Rodrigo Knopfli, assessor da DRI, Sr. Nuno França, do Centro de Informática, e Sra. Ana Paula Ferreira, do Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas.

Durante a reunião, os servidores da Assembleia da República apresentaram um breve histórico do funcionamento do *site* da AP/CPLP na internet, elucidando detalhes sobre a plataforma tecnológica utilizada e as formas de provimento e armazenamento das informações. Os servidores da DRI alertaram para a necessidade de o *site* manter a identidade visual hoje apresentada, tendo em vista que a mesma decorre de deliberação colegiada no âmbito de reunião oficial da AP-CPLP. O Sr. Nuno esclareceu que a página foi criada em HTML e que, desde o início, esteve armazenada nos servidores de dados da Assembleia. No entanto, informou que o Centro de Informática da instituição não vê óbice na transferência dos conteúdos para hospedagem física nos servidores da Câmara dos Deputados. Nesse sentido, decidiu-se por replicar todos os conteúdos hoje publicados no *site* em uma pasta que foi salva em *hardware* portátil, para que o Centro de Informática da Câmara possa estudar a melhor forma de armazená-los e republicá-los por meio de repositório mantido pela Casa. Quanto à viabilização da nova hospedagem dos conteúdos, deliberou-se que a Secretaria de Comunicação Social (Secom) vai encaminhar ao Centro de Informática pedido de estudo para que a Câmara dos Deputados assuma a gestão do domínio <http://www.ap-cplp.org> a partir de transferência formalizada junto aos órgãos técnicos competentes. Tão logo seja efetuada a transferência, a Secom passará, segundo acordado, a prover e atualizar os conteúdos do *site*. Para tanto, entrará em contato com os Parlamentos integrantes da AP/CPLP a fim de informar o canal adequado ao envio das informações e notícias a serem publicadas. Ao final da reunião, decidiu-se que a responsabilidade pela armazenagem dos conteúdos do *site* passa, desde já, a ser rotativa, sendo atribuída ao Parlamento que ocupa a Presidência do colegiado. Nova deliberação a respeito poderá ocorrer a partir da instalação da sede permanente do Secretariado da AP-CPLP, prevista para ocorrer na cidade de Luanda, em Angola.

Às 12h00. Visita Institucional com percurso pelas instalações da Assembleia da República, espaços históricos decorados com a memória dos grandes feitos do Estado português, desde a época dos Grandes Descobrimentos. Durante a visita, foram sendo esclarecidos aspectos a respeito do poder legislativo português.

Desde 1975, o Poder Legislativo em Portugal é unicameral. No entanto, manteve-se em condições de funcionamento o plenário do antigo Senado, que atualmente é utilizado como plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim, a Assembleia da República – AR é composta por 230 membros eleitos para um mandato de quatro anos. As últimas eleições foram realizadas em 04 de outubro de 2015.

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

A bancada feminina conta com 80 deputadas, ou seja, 34,78%. Na legislatura anterior (eleições de 2011) eram 66 deputadas, equivalente a 28,7% do total. Vale destacar, no entanto, que 72 mulheres foram eleitas em outubro de 2015, mas o número cresceu para 80 depois da formação do Governo em novembro daquele ano.

O voto não é compulsório, e o sistema de votação é de representação proporcional. O país está dividido em 22 distritos eleitorais e os eleitores votam em listas fechadas. O número de candidatos não pode ser menor que dois ou maior que cinco para cada uma das vagas reservadas ao distrito.

O atual Presidente da Assembleia da República é o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues do Partido Socialista, que conta com 86 cadeiras na Assembleia.

Às 12h30. Reunião da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República.

A Deputada Rosângela Gomes participou da reunião juntamente com o Senhor Marcos Alberto Loureiro e a Senhora Gisele Rodrigues.

A Deputada Elza Pais, presidente da Subcomissão, deu as boas-vindas à Deputada brasileira e discorreu um pouco sobre os trabalhos daquela Subcomissão.

A Deputada Rosângela Gomes saudou as parlamentares portuguesas, especialmente a Deputada Elza Pais e a Deputada Ângela Guerra, que estiveram no Brasil em abril para participarem da VI AP-CPLP. Ela falou da importância da participação das mulheres na política para garantia dos direitos das mulheres e defesa de melhorias na área da saúde, educação e combate à violência. A esse respeito, referiu-se ao caso recente de uma jovem que teria sofrido estupro coletivo no Rio de Janeiro. A parlamentar comprometeu-se a dar continuidade ao trabalho feito pelas parlamentares na Rede de Mulheres da AP-CPLP a fim de reduzir as desigualdades entre o sexo feminino e o sexo masculino.

Em seguida, a Deputada Ângela Guerra tomou a palavra e elogiou o desempenho excelente de Timor Leste na Rede de Mulheres quando estava na presidência da AP-CPLP, época em que ela e a Deputada Elza Pais foram eleitas para atuar na AP-CPLP. Discorreu sobre o trabalho da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação e ofereceu o apoio de Portugal ao Brasil na missão de presidir a AP-CPLP.

A Deputada Isabel Moreira falou sobre os direitos sexuais e reprodutivos que têm tratamento em Portugal diferente dos de outros países da AP-CPLP. Ela tratou das mortes decorridas da prática de abortos clandestinos e questionou a respeito da legislação sobre o aborto que, no Brasil, só é legal em poucas situações, como nos casos de estupro. Questionou a possibilidade de tratar da questão do aborto de forma desprendida, ou seja, levando-se em conta a laicidade do Estado. Abordou, ainda, a disparidade que existe entre a legislação e o que ocorre na realidade, como no caso da violência doméstica que tem números alarmantes.

A Deputada Susana Amador tratou das heranças civilizacionais que colocaram a mulher numa posição de subserviência, da violência contra as mulheres e da reduzida participação das mulheres na política. Enfatizou a importância da educação para a promoção da igualdade, implementada por meio de diversos programas educacionais em Portugal. Perguntou se havia programas similares no Brasil e disse esperar que essas ações ocorram também no âmbito da Rede de Mulheres.

A Deputada Sandra Cunha também fez uso da palavra e começou justificando seu atraso. Tratou da relevância da troca de experiência entre os países da AP-CPLP e dos programas na área de educação relacionadas à igualdade entre homens e mulheres. Contou, ainda, o

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

relato de uma mulher brasileira que vive em Portugal e que considera haver naquele país uma maior igualdade de gênero. Apontou, ainda, a relevância do combate à violência contra a mulher.

A Deputada Ângela Guerra usou a palavra novamente, dessa vez para lembrar da importância da agricultura sustentável para erradicação da pobreza e que no âmbito da AP-CPLP será tratado pelo Conselho de Segurança Alimentar. Falou que tal matéria é debatida naquela Subcomissão e que a parlamentar teria muito interesse em discuti-la na AP-CPLP.

Por fim, a Deputada Rosângela Gomes mencionou a utilização de símbolos que colocam a mulher numa posição de vulnerabilidade. A respeito da troca de experiências entre os países da AP-CPLP, a parlamentar mencionou a campanha de vacinação de meninas e mulheres contra o HPV no Brasil. Falou, também, da falta de consenso no Brasil a respeito da legalização do aborto. Incentivou as mulheres a participarem da política, pois é onde os assuntos relacionados a elas e a sociedade em geral são decididos. Mencionou a o sistema de cotas para mulheres em empresas. Defendeu que as deputadas e senadoras se comprometam a destinar parte de seus orçamentos para políticas voltadas para mulheres. Finalizou, dizendo que espera contar com o apoio das parlamentares portuguesas nos trabalhos da Rede de Mulheres.

Às 14h00. Almoço de trabalho. Deputado Marco António Costa, Presidente do Grupo Nacional de Portugal junto a AP-CPLP. Deputado Porfírio Silva, Vice-Presidente do Grupo Nacional de Portugal junto a AP-CPLP. Deputada Elza Pais. Deputada Ângela Guerra. Senhor Rodrigo Knopfli, Assessor Divisão de Relações Internacionais. Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Segundo-Secretário Pedro Veloso. Próximo ao fim do almoço de trabalho, o Presidente Eduardo Ferro Rodrigues compareceu para breves cumprimentos à Deputada Rosângela Gomes.

Durante o almoço, o Deputado Marco António Costa apresentou as boas-vindas à delegação da Deputada Rosângela Gomes, agradecendo sua presença e sua disponibilidade para iniciar os trabalhos de transferência da política de comunicação institucional da RM e da AP-CPLP para a presidência brasileira. Manifestou preocupação com o adiamento da Cimeira de Chefes de Estados e de Governo, que deveria ocorrer em julho, para o mês de novembro. No entanto, demonstrou compreensão da situação política pela qual o Brasil passa, tendo sido os afastamentos dos chefes de dois poderes os motivos principais para tal adiamento. Destacou a importância da Rede de Mulheres para o fortalecimento institucional da AP-CPLP. Cumprimentou a proatividade do Brasil em realizar a presente missão oficial e colocou Portugal à disposição para cooperar naquilo que fosse possível.

A respeito de estratégias para afirmação da Assembleia Parlamentar da CPLP, destacou que as delegações parlamentares devem inteirar-se e trabalhar mais proximamente para a aprovação de projetos de lei que tratam de acordos internacionais celebrados entre os membros das CPLP, tanto no nível bilateral quando multilateral.

A Deputada Rosângela Gomes agradeceu as gentis palavras do seu interlocutor, destacando que acredita na necessidade de realização de obras para além do discurso. Disse acreditar que a AP-CPLP tem todas as condições para se fortalecer enquanto instituição e que trabalhará em prol dos povos que a compõem. Informou que solicitará audiência tanto com o Presidente interino da República, quanto com o Presidente interino da Câmara dos Deputados, para relatar os bons frutos da cooperação no âmbito da CPLP, destacando a importância da boa circulação da informação entre seus membros e órgãos

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

para que seus objetivos práticos possam ser alcançados. Afirmou acreditar que a página da internet revitalizada será uma ferramenta importante para a consecução do objetivo de mobilizar os parlamentos a desenvolverem ações que beneficiem mutuamente seus integrantes.

Agradeceu a acolhida recebida no Parlamento português, destacando estar revigorada para enfrentar os desafios que se colocam para a implementação do plano de ação previsto para o futuro próximo.

23h00. Partida do voo para Luanda

Dia 06 de julho, quarta-feira (Luanda)

Às 06h45. A delegação foi recebida pela Deputada Cândida Celeste, Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola e pelo Ministro-Conselheiro João Tabajara, da Embaixada do Brasil em Luanda.

Às 11h00. Seminário “Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Legislação Nacional e Orçamento na Perspectiva de Gênero”, desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiada pela União Europeia, no contexto do Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controle, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controle das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste (Pro PALOP-TL ISC).

A Deputada Rosangela Gomes aproveitou a oportunidade para saudar as parlamentares angolanas, que a brindaram com calorosa acolhida, e, em sua intervenção, felicitou Angola pelo relativamente alto percentual de mulheres (37,8%) na Assembleia Nacional. Destacou a urgência da adoção pelos países da CPLP de estímulos à participação feminina na política, a começar pelo Brasil, onde o percentual de deputadas federais é de 9,9%. Foi também debatida a eventual incorporação nas leis orçamentárias de incentivos ao empoderamento econômico e social das mulheres, com vistas ao enfrentamento de questões como a violência doméstica, os abusos sexuais e o assédio no ambiente de trabalho.

A Deputada Idalina Valente, porta-voz do Grupo de Mulheres Parlamentares, disse que após o término desta ação formativa, as mulheres parlamentares poderão ter uma participação mais ativa e qualitativa na elaboração do Orçamento Geral do Estado, e expressou sua satisfação pelo interesse revelado pelas mulheres na obtenção de conhecimentos acerca dos temas apresentados.

Às 14h00. Reunião com a Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Deputada Joana Lina Ramos Baptista Cândido. Deputada Cândida Celeste, Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola. Deputada Eulália Silva, ex-Secretária da Rede de Mulheres. Deputada Exalgina Gamboa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Exterior.

A Vice-Presidente Joana Lina ofereceu as boas-vindas à Deputada Rosangela Gomes e sua delegação. Manifestou seu contentamento com sua presença em terras angolanas. Fez avaliação muito positiva da iniciativa brasileira em deslocar-se para tratar dos desafios da consolidação institucional da AP-CPLP. Apresentou as deputadas angolanas e percorreu sobre a estrutura e organização do Grupo Nacional de Angola e as similaridades de

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

funcionamento com comissões parlamentares permanentes. Discorreu sobre o plano de atividades da Presidência da AP-CPLP para o biênio 2016-2017, destacando a importância da efetiva implementação das ações propostas. Falou sobre possibilidades de cooperação, exaltando o interesse também na cooperação bilateral com o Brasil. Mencionou como se organizam missões ao exterior, destacando o interesse em enviar representantes da Assembleia Nacional de Angola à Missão de Observação Eleitoral à eleições presidenciais de São Tomé e Príncipe.

A Deputada Rosangela Gomes agradeceu as palavras da Vice-Presidente, destacando também sua alegria em estar pela primeira vez em Angola. Espera que esta seja o início de uma cooperação profícua entre os parlamentos e sobretudo no seio da AP-CPLP. Fez um relato preciso sobre sua participação no seminário da parte da manhã e agradeceu a gentileza das colegas deputadas angolanas em lhe facultarem a palavra durante o seminário. Acredita que a troca de experiências, de erros e acertos, é crucial para o enfrentamento das questões de empoderamento feminino, sobretudo na área política.

Disse também que a representação feminina na Câmara dos Deputados é de apenas 10%, mas são mulheres muito comprometidas com a causa feminina e que trabalham bastante para trazer questões de interesse das mulheres nas discussões nacionais. Espera aprender com a experiência angolana durante sua presidência da Rede de Mulheres, estando aberta a ouvir conselhos e disposta a aprender com a experiência passada.

Relatou sua história de vida e que sempre enfrentou desafios na sua vida. Acredita que estar à frente da Rede de Mulheres será mais uma oportunidade para mostrar sua dedicação e trabalho.

Também avaliou que a presente reunião teve como resultado fortalecer a cooperação entre às mulheres integrantes da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP, destacando que a visita serve para ratificar a parceria sobretudo em relação a questão da implementação de políticas voltadas para as mulheres dos países membros da CPLP, sobretudo aquelas de combate à violência contra a mulher, e de promoção da educação e saúde.

Disse ainda que a Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP tem como prioridade o combate à fome e a violência infantil, assim como o desemprego no seio das mulheres.

A Deputada Rosangela Gomes considerou exemplar a representatividade feminina no Parlamento angolano, com cerca de 30 por cento, o que coloca o país num lugar de destaque nesta matéria.

Às 16h30. Visita Guiada ao Palácio da Assembleia Nacional.

Acompanharam a visita: Deputada Cândida Celeste, Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola; Deputada Eulália Silva, ex-Secretária da Rede de Mulheres. Deputada Exalgina Gamboa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Exterior. Senhor Amílcar Mário Quinta, Diretor de Relações Públicas, Protocolo e Relações Internacionais.

A Assembleia Nacional é o ente legislativo soberano do povo angolano sob os termos da Constituição de 2010. Atualmente, é composta por cinco partidos e é presidida por Fernando da Piedade Dias dos Santos, do partido da maioria, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Inaugurada em 2015, a nova sede do Parlamento, é um prédio imponente e moderno de 185 milhões de dólares que reflete as mudanças e as ambições do país africano nos últimos anos.

O Palácio da Assembleia Nacional é um complexo constituído por três edifícios e duas

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

áreas para estacionamento 503 vagas. A primeira fase do denominado Centro Político e Administrativo de Luanda começou a ser construída em maio de 2010 e há cerca de um ano que está concluído. O complexo envolve uma área de mais de 35 mil metros quadrados de escritórios, 3 mil metros quadrados para serviços e 11 mil metros quadrados de área global para o prédio principal do Plenário. No Plenário são 400 cadeiras, apesar de a representação atual ser de 220 parlamentares.

Na inauguração do novo prédio, estiveram presentes importantes autoridades africanas e estrangeiras, incluindo o Vice-Presidente Michel Temer.

A Assembleia tem 220 cadeiras e a representação feminina compõe-se de 81 (37,8%) delas, uma das maiores do mundo. As eleições são diretas, não compulsórias e proporcionais. São eleitos 90 deputados pelas 18 províncias do Estado angolano (5 por província), 3 deputados representando os angolanos que vivem no exterior e os outros 127 são indicados proporcionalmente de acordo com as listas das 5 coligações partidárias atuais. Destaca-se o elevado número de parlamentares na bancada feminina da Assembleia Nacional (37,27% nas eleições de 2008 e 37,8% nas eleições de 2012).

A formação dos partidos angolanos está fortemente ligada ao processo de descolonização do país iniciado em 1975 e os reflexos da Guerra Fria nos sistemas políticos dos países descolonizados. Os rumos políticos e sociais que deveriam tomar o país após o fim da dominação portuguesa fragmentaram as frentes de libertação entre as ideologias das três frentes políticas de independência: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de Antônio Agostinho Neto, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). O conflito instaurado favoreceu o MPLA que, apoiado por Havana e Moscou, instaurou um regime unipartidário marxista-leninista e manteve os partidos opositores na ilegalidade até 1991, quando o MPLA adotou a social-democracia como sua ideologia e instaurou o multipartidarismo, que permitiu o surgimento do Partido de Renovação Social (PRS) e o lançamento da candidatura presidencial de oposição ao MPLA pela UNITA apoiada pelos Estados Unidos e pela África do Sul. Em 1992, impasses acerca da vitória do candidato do MPLA, desencadeou uma Guerra Civil que perdurou por 10 anos.

Em 2002, a morte do líder da oposição Jonas Savimbi (UNITA) catalisou o fim do conflito e, em 4 de abril, foi assinado o acordo de paz que daria oportunidade ao país de reconstruir seu sistema político. Em 2008, foi realizada a primeira eleição legislativa e presidencial de Angola. Sob supervisão da União Africana e da União Europeia, o MPLA saiu vitorioso e, dois anos depois, promulgou-se a Constituição atual na Assembleia Nacional. Em 2012, a insatisfação de membros da UNITA faz surgir um novo partido, a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE) e o MPLA, embora vencedor, passou a enfrentar um número maior de partidos adversários no parlamento. Atualmente, a Assembleia Nacional tem a seguinte divisão das 220 cadeiras: MPLA 175, UNITA 32, Casa-CE 8, PRS 3, e FNLA 2

Dia 07 de julho, quinta-feira (Luanda)

10h00. Encontro de troca de experiências entre o Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola e a Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Intitulado “Os Desafios da Comunicação Institucional e Internacional entre os Parlamentos

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Membros da CPLP: a experiência de Angola”, participaram do Encontro as Deputadas angolanas Cândida Celeste, Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional de Angola, Deputada Eulália Silva, ex-Secretária da Rede de Mulheres. Deputada Exalgina Gamboa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Exterior, Miraldina Jamba, Odete Joaquim, Albertina José, Ana Maria Taveira, Maria do Carmo Nascimento e Anátilde Freire e Anabela Caiovo Ngunga.

A Deputada Rosângela Gomes agradeceu a recepção, e avaliou a participação das mulheres da Rede de Mulheres da AP-CPLP.

Em seguida, a Deputada Cândida Celeste iniciou a apresentação, dando as boas vindas à Deputada Rosângela Gomes e delegação. Informou a estrutura do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional. Ressaltou que nas eleições de 2012, dos 220 deputados da Assembleia Nacional, 80 mulheres foram eleitas. Atualmente são 82 deputadas, que correspondem a 37,2% do total. Ainda, cinco comissões são presididas por mulheres, além das integrantes da Mesa Diretora da Assembleia Nacional, 1ª Vice-Presidente e 1ª Secretária.

A Deputada Cândida Celeste começou a analisar o mandato como Presidente da Rede de Mulheres.

A Deputada Eulália Silva, ex-Secretária da Rede de Mulheres, lembrou que a Assembleia Nacional de Angola é membro de pleno direito das seguintes organizações interparlamentares: Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), Fórum Parlamentar da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (FP-CIRGL), Fórum Parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento dos Estados da África Austral (FP-SADC), Parlamento Pan-Africano (PPA), União dos Parlamentos Africanos (UPA) e União Interparlamentar (UIP). Explicou também que para cada organização há um grupo nacional composto por deputados.

Continuando a apresentação, a Deputada Eulália Silva passou a tratar da dispersão geográfica enfrentada pelos membros da CPLP, e em particular, pelos parlamentos membros da AP-CPLP. Com a enorme diferença de fusos horários, há dificuldade para as telecomunicações, sobretudo as comunicações telefônicas. O correio eletrônico se mostraria mais viável, entretanto alguns Parlamentos Nacionais ainda padecem com uma infraestrutura ínfima, como é o caso de Guiné-Bissau. Encerrou salientando a necessidade de desburocratização e uniformização para a celeridade da tramitação administrativa, como a criação de plataformas informáticas e uso de recursos de telefonia disponíveis pela internet.

Em seguida, a Deputada Exalgina Gamboa ressaltou a dificuldade no idioma por parte do Timor-Leste e Guiné Equatorial. Seria necessária a criação de programas para a Língua Portuguesa. Ressaltou também que nem todos os membros da CPLP aderiram ao Acordo Ortográfico.

A Deputada Miraldina Jamba fez uso da palavra, questionando a Deputada Rosângela Gomes acerca do processo eleitoral no Brasil.

Por fim, a Deputada Odete Joaquim falou sobre a necessidade de difusão e do ensino da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial, e prioritariamente das mulheres parlamentares, e sugeriu um curso in loco.

Ao fim da apresentação, a Deputada Rosângela Gomes realizou uma avaliação da bancada feminina. Informou as deputadas angolanas sobre a existência da Secretaria da Mulher e da Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados. Salientou a importância da

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

organização das mulheres parlamentares, e citou algumas leis importantes, como a lei do feminicídio e reforma política. Por fim, falou da relevância da criação de um fundo partidário específico para campanha de mulheres. Destacou seu compromisso em desenvolver ações para a efetiva implementação da Língua Portuguesa em países como o Timor-Leste e a Guiné-Equatorial por meio de treinamentos a serem oferecidos pela Câmara dos Deputados. Relatou algumas experiências exitosas envolvendo funcionários do parlamento de Timor-Leste que poderiam ser replicadas para as mulheres parlamentares.

12h00. Visita ao Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar da CPLP. A Vice-Presidente Joana Lina apresentou as instalações do Secretariado Permanente da AP-CPLP. O Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar da CPLP funcionará no 3.º andar do anterior edifício que abrigava as instalações Assembleia Nacional. O 3º andar está exclusivamente designado para o Secretário Permanente, comportando, para este fim, o gabinete do futuro Secretário-Executivo, com banheiro privativo, mesa de reuniões e jogo de estar com sofás e mesinha, duas salas de espera bastante espaçosas, com jogo de estar de sofá, mesinha e escrivaninhas, sala de reuniões com mesa para pelo menos 22 lugares, tela de projeção e conjunto de bandeiras dos países membros da AP-CPLP, além de mais duas salas administrativas, com mobiliário de escritório e equipamentos de informática (computadores e impressoras). Destaca-se que enquanto se assegura a sua transição, foram indicados para prestar apoio técnico-administrativo ao Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar CPLP, os seguintes funcionários parlamentares: Senhor Figueiredo dos Santos Figueiredo e Senhora Nilsa Beatriz Furtado. A Vice-Presidente Joana Lina mencionou que aquela estrutura e seus custos de instalação seriam oferecidos pela parte angolana. Os custos de funcionamento é que deverão ser compartilhados entre os membros da AP-CPLP. Sobre a escolha do Secretário-Executivo, a sugestão angolana é que seja feita por meio de concurso internacional. As candidaturas podem ser apresentadas por um ou mais Parlamentos Membros ou pelos candidatos individualmente.

A Deputada Rosangela Gomes avaliou muito positivamente os esforços e a qualidade das instalações oferecidas pela parte angolana, destacando que o espaço físico está sem dúvida à altura da tarefa que o Secretário-Executivo deverá enfrentar para fortalecer a Assembleia Parlamentar da CPLP, e as estratégias para alcançar os seus objetivos.

14h00. Visita ao Memorial Dr. António Agostinho Neto, como parte da programação oficial proposta pela Assembleia Nacional de Angola. A delegação da Deputada Rosangela Gomes foi acompanhada pelas Deputadas Cândida Celeste e Eulália Silva, e pela Primeira-Secretária Tânia Souza. A delegação foi recebida por corpo especializado de funcionários do Memorial que apresentaram aspectos da vida, da obra, da história e do legado do herói nacional angolano.

O Memorial, reconhecido pelo Ministério da Cultura angolana como Património Histórico e Cultural de Angola, celebra a vida e a obra do Doutor António Agostinho Neto, primeiro Presidente da República de Angola e ícone da luta pela independência do povo angolano, no seio do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Foi inaugurado em 17 de setembro de 2012 e está situado na Praia do Bispo, na capital Luanda. O projeto inicial do mausoléu, encomendado à União Soviética após o falecimento do Presidente Agostinho Neto em 10 de setembro de 1979, foi reformulado em 1998 e suas obras reiniciadas no ano de 2005.

Ocupando uma área total de 18 hectares, estão depositados em seu bloco central os restos

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

mortais do Presidente, além de museu, biblioteca/videoteca, biblioteca multimídia, centro de documentação, galeria de exposições e outras instalações que retratam uma trajetória de vida excepcional, profundamente ligada à história de formação da própria República de Angola. O memorial procura exaltar o legado de Neto, enquanto político, médico, poeta e, acima de tudo, fundador da Nação angolana.

Durante a visita, a delegação da Deputada Rosângela Gomes pôde interagir com alunos angolanos que estavam estudando no Centro Multimídia e ouviu dos próprios jovens relatos espontâneos sobre a importância da educação e da dedicação aos estudos.

15h00. Visita à Fortaleza de São Miguel, onde está situado o Museu de História Militar. Também como parte da programação oficial proposta pela Assembleia Nacional de Angola, a delegação foi acompanhada pelas Deputadas Cândida Celeste, Eulália Silva e pela Primeira-Secretária Tânia Souza, e recebida por oficiais militares responsáveis pela organização, proteção e funcionamento da Fortaleza. Construída em 1576 pelo primeiro governador português de Angola, Paulo Dias de Novais, a Fortaleza de São Miguel repousa sobre uma elevação rochosa próxima à Baía de Luanda, em posição estrategicamente privilegiada para proteger a cidade contra invasões marítimas. Durante a colonização portuguesa, suas espessas paredes serviram para abrigar o centro-administrativo da então colônia e um quartel militar.

A parte interna das paredes é decorada com azulejos portugueses dos anos 1950 que descrevem, artisticamente, entre outros aspectos o início da história da colonização portuguesa em Angola, incluindo encontros com a Rainha Nzinga Mbande, também conhecida como Rainha Zinga. A Rainha Zinga (reinado 1624-1663) possui uma grande estátua em sua homenagem exposta no pátio de entrada do complexo do Museu. Tornou-se figura mítica no movimento de resistência à colonização portuguesa, é considerada indomável e inteligente. Nascida em Cabassa, interior da região de Matamba, conseguiu juntar vários povos na sua luta contra os invasores portugueses e resistiu até ao fim sem nunca ter sido capturada, tornando-se conhecida pela sua coragem e argúcia.

Do grupo étnico Mbundu, era filha do rei dos mbundus no território Ndongo, hoje pertencente a Angola. Foi enviada a Luanda pelo seu meio irmão e rei Ngola Mbandi, para negociar com os portugueses. Foi recebida pelo governador geral e pediu a devolução de territórios ocupados em troca da sua conversão política ao cristianismo, recebendo o nome de D. Anna de Sousa. Depois os portugueses não respeitaram o tratado de paz, e criaram uma situação de desordem no reino de Ngola. Não conseguindo a paz com os portugueses em troca de seu reconhecimento como rainha de Matamba, renegou a fé católica, aliou-se aos guerreiros jagas de Oeste e fundou o modelo de resistência e de guerra que constituía o quilombo. Com sua política ardilosa, conseguiu formar uma poderosa coligação com os estados da Matamba, Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissama, e comandou a resistência à ocupação colonial e ao tráfico de escravos no seu reino por cerca de quarenta anos, usando táticas de guerrilhas e de ataques aos fortes coloniais portugueses.

É uma das heroínas africanas cuja memória desafiou o tempo, dando origem a um imaginário cultural que invadiu o folclore angolano com o nome de Ginga.

Como consequência da independência angolana, em 1975, a Fortaleza tornou-se sede do Museu das Forças Armadas. O acervo do Museu conta com fotos, armas, veículos e outros equipamentos militares utilizados na luta pela independência bem como nos conflitos armados na fronteira com a África do Sul durante as décadas de 1970 e 1980.

A visita foi uma grande oportunidade para aprender sobre a história de lutas do povo angolano, conhecendo mais sobre a sua resiliência para enfrentar dificuldades, e a sua

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

disposição para a construção do orgulho nacional de país africano livre do domínio colonial.

16h00. Visita ao Centro Cultural Brasil-Angola. Embaixador Norton Rapesta. Ministro-Conselheiro João Tabajara. Primeira-Secretária Tânia Regina de Souza, Chefe do Setor Político da Embaixada do Brasil em Luanda.

O Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA) foi fundado em 2003, pelo então Presidente Lula. Em 7 de setembro de 2015, foi inaugurado em nova sede, no edifício do antigo Grande Hotel Luanda, situado na Rua Cerveira Pereira e restaurado para abrigar o CCBA.

Sob responsabilidade da Embaixada do Brasil em Luanda, o Centro destina-se à difusão da língua portuguesa falada no Brasil e à promoção da cultura brasileira em Angola. Suas principais atividades são o ensino do português falado no Brasil e a organização de exposições, espetáculos, mostras de cinema, cursos e palestras sobre temas relacionados à cultura brasileira. Para tanto, conta com auditório para cinema, concertos e outros eventos, biblioteca, sala de leitura infantil (realização do Projeto Sopa de Letrinhas), três salas de aulas para o ensino de português para estrangeiros, seis salas para oficinas de arte e galeria. Dentre as ações desenvolvidas pelo Centro estão programadas atividades pedagógicas, como cursos de pintura, de teatro e de corte e costura para crianças órfãs.

Cerveira Pereira, que dá nome à rua em que se localiza o CCBA, foi um administrador colonial português que governou Angola no início do século XVII. Há, no entanto, proposta para renomear a rua para Ovídio de Andrade Melo, em homenagem ao Embaixador brasileiro que se destacou por sua atuação pelas relações entre os dois países, tendo sido o primeiro entregar a correspondência do Governo brasileiro a reconhecer Angola como nação independente, em 11 de novembro de 1975.

Por ocasião da visita, o Embaixador Norton Rapesta destacou que faltam recursos para manter o CCBA, tendo em vista que as atividades lá desenvolvidas são gratuitas para o público, e aventou a possibilidade de se aplicar diretamente a renda consular na manutenção do Centro, para que não se perca com o pagamento de taxas bancárias de câmbio para conversão da moeda para envio ao Brasil e novamente pagamento de taxas bancárias para receber o orçamento que vem do Brasil. A Deputada Rosângela Gomes comprometeu-se a verificar o que pode ser feito a respeito, aventando a possibilidade de apresentar um projeto de lei que regulamente as transferências internacionais de valores financeiros das representações brasileiras no exterior, uma vez que a operação contábil de câmbio parece onerar em demasiado seu orçamento.

5. Fechamento do Relatório

Data do relatório	Nome, cargo e assinatura da participante
13 de julho de 2016	 Deputada Rosângela Gomes Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP